

Brasília vai manter a luta pela ^{DF}representação

Retirado o emendão Figueiredo na manhã de ontem, os partidos políticos e as entidades de classe do Distrito Federal já começaram a se movimentar para traçar uma nova estratégia na luta permanente pela representação. No dia 6 de julho, o PMDB vai realizar uma reunião do seu Diretório Regional para a definição de novos caminhos para a agremiação, enquanto o PDT e a Juventude Democrática Social — braço do PDS — pensam em convocar suas principais lideranças no Plano Piloto e cidades-satélites para também discutir o assunto.

A nível dos partidos de oposição, a estratégia pela conquista do direito do voto caminha para um leito comum: todos eles deverão articular-se em torno de movimentos para apoiar as emendas do senador Mário Maia (PMDB/AC) e do deputado Maurício Fruet (PMDB/PR), que concedem ao Distrito Federal representação no Senado e Câmara, além de permitir a criação de uma Assembleia Legislativa. Estes dois projetos, por apresentarem semelhanças, receberam um parecer único do deputado Oscar Correa Júnior (PDS/MG) e, por isso, mesmo, poderão ser votados conjuntamente ainda nas primeiras semanas do mês de agosto.

A Juventude Democrática Social, por sua vez, conforme anunciou o seu presidente, Paulo Goyás, vai tentar fazer um trabalho junto ao partido situa-

cionista no sentido da apresentação de um projeto liberando para Brasília representação na Câmara e Senado Federal. Este posicionamento, que deverá obter apoio de segmentos empresariais da área do comércio, pode ser assumido, segundo Paulo Goyás, por algum parlamentar do PDS ou pelo próprio Palácio do Planalto.

Além das duas emendas enunciadas, a partir deste segundo semestre, pelo menos quatro propostas poderão seguir tramitações próprias. Destacando-se por ter sido apresentada há mais tempo, está a emenda do deputado Arildo Telles (PDT/RJ), que propõe representação no Senado e Câmara e cria Assembleia Legislativa. O projeto já foi publicado no Diário do Congresso Nacional e precisa ser lido e discutido em Plenário para ir à votação. Múcio Athayde, deputado pelo PMDB de Rondônia, também já deu entrada com uma emenda semelhante à do parlamentar carioca. As duas, possivelmente, receberão também um único parecer por serem idênticas.

Pelo Senado, através das mãos de Mauro Borges (PMDB/GO), também começará a tramitar no segundo semestre, uma emenda original de representação: por ela, Brasília elegeria parlamentares para a Câmara e Senado, vereadores para uma Câmara única e opinaria através de plebiscito sobre a indicação do governador por parte do presidente da República. Esta emenda

ainda não foi sequer publicada, mas seu autor se propõe a fazer as articulações necessárias para que ela possa ter tramitação em regime de urgência.

Além destas iniciativas, possivelmente o deputado Aldo Arantes (PMDB/GO) dará a sua contribuição no rolo das emendas pelo direito do voto. Ele pretende, no projeto, dar direito de representação ao povo local também no Senado, Câmara e Assembleia Legislativa. Esta última casa — e esta é a inovação da emenda — receberia como tarefa, discutir a redefinição administrativa e territorial do Distrito Federal, permitindo a criação de Câmaras de Vereadores nas cidades-satélites.

Junto aos partidos e entidades de classe e de moradores, a retirada da emenda Figueiredo não funcionou como um caldeirão de água fria à luta que vem sendo travada sistematicamente desde 1979.

Segundo as opiniões das principais lideranças destas agremiações políticas e entidades, a ideia da representação, por força da pressão popular foi aceita pelo Palácio do Planalto e que o conjunto dos deputados e senadores deverão aceitar com facilidade uma alteração na Constituição brasileira atendendo às reivindicações da comunidade brasiliense. Os dirigentes partidários, incluindo os da JDS, acreditam que a representação política deverá ser aprovada sem qualquer ameaça ainda neste segundo semestre.